

Revolução

ANGOLA

**Para quando
o reconhecimento?**

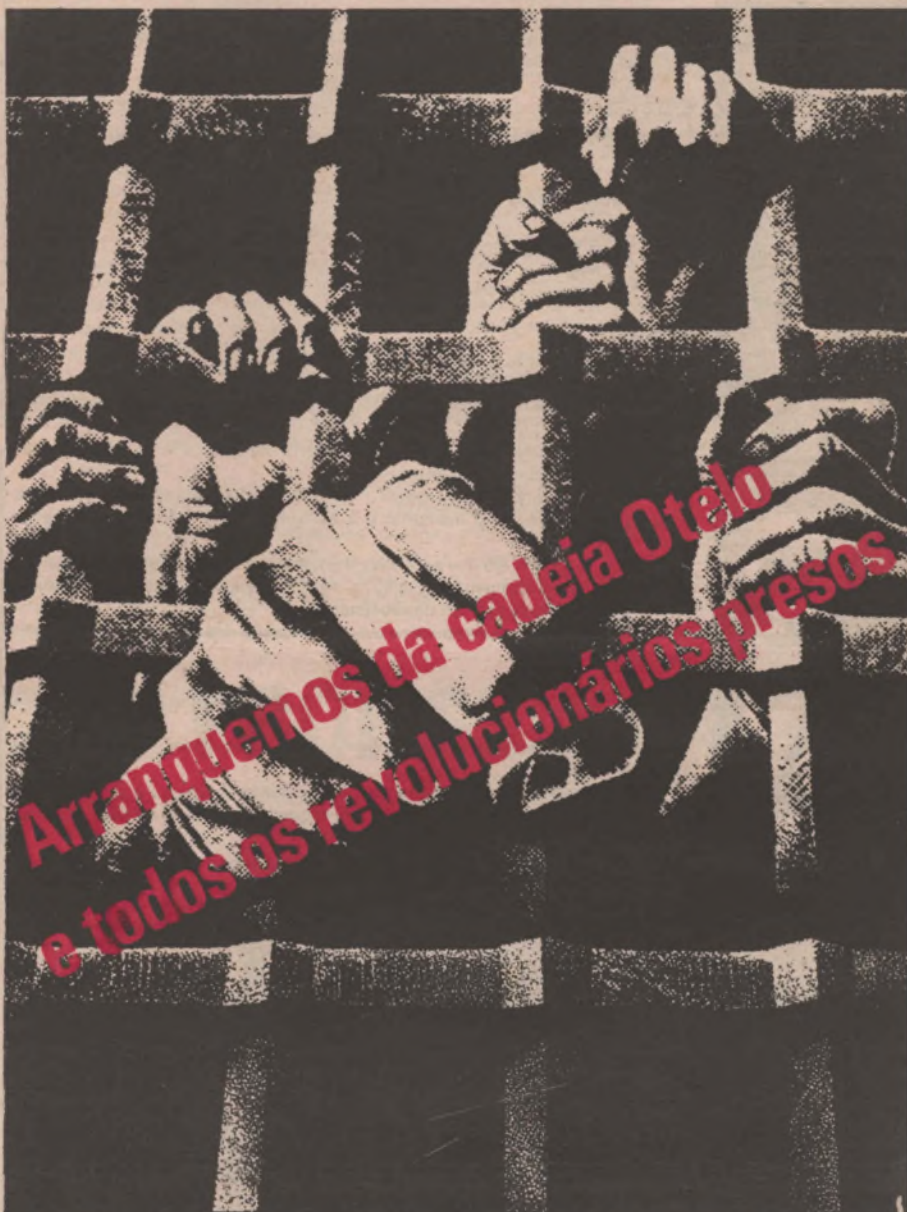


Pág. 11

**Sobre
a Reforma
Agrária**



Pág. 6,7 e 8



**Arranquemos da cadeia Otelo
e todos os revolucionários presos**

MANIFESTAÇÃO

CLARP

T. Paço 20 Fev.
19 horas 6.ª Feira

PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO

Porto-Voz do PARTIDO
REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO



Revolução

ACTIVIDADES DA U.P.E.L.

Tendo em conta que a evolução da situação económica hoje em Portugal determina a evolução da situação política, e que é fundamental ter uma visão global da realidade económica para fazer uma análise política correcta, chamamos todos os camaradas a participarem num debate a realizar na Upel, sexta-feira, dia 27, pelas 21,30, sobre a situação económica: política económica do VI Governo seus objectivos suas consequências, as (im) possibilidades da via social-democrata em Portugal, etc.

Ainda sobre economia, desenvolvemos aulas abertas, às sextas-feiras, com o seguinte plano de trabalho:

O desenvolvimento das forças produtivas e o capitalismo monopolista português.

1.ª Parte

(Breves noções teóricas)

- I — A teoria do valor de trabalho
- I — Noção da mais-valia
- II — Trabalho produtivo e improdutivo

2.ª Parte

(Caracterização do capitalismo português)

I — O desenvolvimento das forças produtivas em Portugal entre 1930 e 1960

II — A década de sessenta (a guerra colonial e a agudização das contradições no seio das forças produtivas)

III — A economia portuguesa e as contradições geradas pelo dualismo, entre o desenvolvimento industrial e a estagnação das forças produtivas na agricultura.

- IV — Factores em que assentava a acumulação capitalista em Portugal
 - a) O enquadramento político e suas consequências a nível sindical.
 - b) A prática de salários de subsistência.
 - c) O enquadramento político e a consblidação dos grupos económicos-financeiros.

V — A desagregação do modelo e o desaparecimento das condições de acumulação.

- a) A emigração a guerra colonial e o desequilíbrio do mercado da força de trabalho.
- b) O movimento integracionista do capitalismo europeu e o desmantelamento das barreiras aduaneiras, suas consequências a nível da taxa de lucro obtida pelo capitalismo português.
- c) A estagnação das forças produtivas nas zonas rurais e as suas consequências a nível de desenvolvimento industrial.

VI — O 25 de Abril e as suas consequências sobre o modo de produção capitalissw em Portugal.

- a) A nível das forças produtivas.
- b) A nível das relações de produção.

Anunciamos também que, na segunda-feira, dia 23, pelas 21,30 haverá um debate sobre um problema fundamental da Revolução Socialista, o problema da Revolução Cultural.

A Comissão da UPEL

AOS LEITORES DO "REVOLUÇÃO"

A partir de hoje e correspondendo ao pedido de diversos camaradas, o «Revolução» passa a sair na manhã de quinta-feira.

Este facto, bem como a reestruturação que está em cursos no «Revolução» explica que este número surja apenas com 12 páginas, para o que pedimos a compreensão dos camaradas leitores. Na próxima semana retomaremos as 16 páginas.

PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO SEDES

SEDE CENTRAL Rua Castilho n.º 70, Lisboa
Tel. 573520/573640/573717/573670

JORNAL «REVOLUÇÃO» Rua Castilho n.º 70, Lisboa
Tel. 573520/573640/573717/573670

ORG. REGIONAL DO NORTE

PORTO Rua Álvares Cabral, 110 VIANA DO CASTELO Rua de
Tel. 315759/315786 Altamira, 102 Tel. 24320

ORG. REGIONAL DO CENTRO

COIMBRA Rua Eça de Queiros, COVILHÃ Rua Visconde da
n.º 33 Coriscada n.º 60 ... Tel. 25542
MARINHA GRANDE Rua Mar- CASTELO BRANCO Alameda
ques de Pombal, n.º 65 da Liberdade, n.º 16
ARGEIA Tel. 92169 S. JOÃO DA MADEIRA Rua
Jaime Afreixo, n.º 142

ORG. REGIONAL DE LISBOA

LISBOA Av. da República, n.º 40 SACAVEM Largo 5 de Outubro,
ALGES Rua Victor Duarte n.º 16-17 Tel. 2512807
Pedroso, n. 15 Algés de Cima AMADORA Rua Gonçalves
Tel. 2100337 Ramos, n.º 40 Tel. 939525
PAREDE Rua Gomes Freire de Andrade, 1 Tel. 2474142

ORG. REGIONAL DA MARGEM SUL

SETUBAL Rua Jorge de Sousa COVA DA PIEDADE Estrada
(Colégio Frei Agostinho da Cruz) Nacional, n.º 10 Tel. 2763267/
/2763397/2763122
BARREIRO Rua dr. Eusébio QUINTA DA LOMBA Praça
Leão, n.º 31 Tel. 2076745 Francisco Xavier
LAVRADIO Rua dr. José Carca- SINES Rua Marques de Pombal,
no Lobo, n.º 12 n.º 86

ORG. REGIONAL DOS ALENTEJOS

EVORA Largo do Chão das BEJA Rua Alexandre Herculano,
Covas, n.º 21 Tel. 24998 n.º 29 Tel. 24594

ORG. REGIONAL DO ALGARVE

FARO Rua Dr. Candido Guer- OLHÃO Rua 18 de Junho,
reiro, 35 Tel. 24107 n.º 4-B-C
LOULÉ Av. José da Costa Mea- FERRAGUDO Rua 1.º de Maio
lha, n.º 39-1.º Tel. 63043
PORTIMÃO Rua 5 de Outubro, 17

UNIVERSIDADE PROLETÁRIA

LISBOA Av. 5 de Outubro Tel. 770017

Assinatura

Queiram considerar-me assinante na modalidade abaixo assinalada:

NOME
MORADA
LOCALIDADE
PROFISSÃO

ASSINATURA: Semestral — 90\$00
— 180\$00

Estrangeiro

ASSINATURA: Semanal — 300\$00
Anual — 600\$00

PAGAMENTO: Em cheque
Em vale

DESENVOLVAMOS A UNIDADE ANTIFASCISTA E ANTICAPITALISTA

Neste momento, a classe operária e as massas trabalhadoras começam a recuperar rapidamente da desorientação e de uma certa desmobilização para que haviam sido atiradas pelo golpe direitista do 25 de Novembro. A natureza contra-revolucionária do actual poder político-militar (manifestada não apenas através das declarações dos seus chefes, mas sentida duramente na prática) e os sintomas claros do avanço do fascismo, são factores que estão contribuindo de modo decisivo para a ultrapassagem de sectarismos partidários e para unir à volta de objectivos concretos e imediatos milhares e milhares de explorados e oprimidos.

São já numerosos os locais de trabalho e de habitação onde, e sobretudo a partir das bases, se está forjando a unidade para a luta antifascista e anticapitalista. Aquilo que tem sido impossível fazer a partir das cúpulas partidárias, estão-no levando à prática numerosos organismos unitários com-

postos por militantes sem partido e por militantes de diversos partidos políticos. E de Norte a Sul do País, ora recorrendo a formas mais recuadas, ora assumindo formas já avançadas de luta nuns casos com militantes sem partido, noutros casos com militantes de vários partidos, estão os militantes do PRP empenhados na grandiosa tarefa de unir os trabalhadores, os revolucionários. Militantes do PRP, do MES, da FSP, do PC, do MDP, da UDP, ex-LUAR e até, nalguns casos do PS, e muitos militantes sem partido, encontram-se em muitos locais a trabalhar lado a lado na unidade antifascista e anticapitalista.

Casos como o CLARP (Comité para a Libertação dos Antifascistas e Revolucionários Presos) são disso um exemplo significativo. Para além das numerosas iniciativas já levadas a cabo por este comité, a manifestação do próximo dia 20 poderá ser uma grandiosa jornada de luta antifascista, poderá contribuir de forma importante

para que sejam libertados aqueles que o golpe reaccionário do 25 de Novembro meteu na prisão.

Outro exemplo significativo da unidade revolucionária que a classe está a procurar é-nos dado pela Organização de Luta Antifascista dos Trabalhadores da TAP. Aui, militantes do PRP, do PC, da UDP, e de outras organização políticas ou sem partido estão a concertar acções comuns nomeadamente na **luta contra os saneamentos e discriminações à esquerda, na luta contra o aumento do custo de vida, o congelamento da contratação colectiva e os despedimentos em massa, na luta pela libertação dos antifascistas e revolucionários presos.**

Na Sagres, Vialonga, iniciativas do mesmo género estão em curso. Além dos objectivos já aqui enunciados, muitos outros podem e devem ser prosseguidos, como sejam os que dizem respeito ao **apoio e reforço de**

conquistas dos trabalhadores (no domínio de Reforma Agrária, do controlo operário, etc.), ao **seu esclarecimento político e cultural.**

No Algarve, em Setúbal, em S. João da Madeira ou no Norte são várias as iniciativas que apontam no sentido dos objectivos já atrás referidos.

Numa forma de unidade superior da classe, como são os **Conselhos Revolucionários**, trabalham e foram eleitos em conjunto militantes do PS, do PC do PRP e apertidários.

É possível e necessário, por toda a parte, multiplicar estas iniciativas, assumir estas experiências. Além de pontualmente serem capazes de fazer recuar o fascismo, de infligir importantes derrotas ao inimigo de classe, elas serão, concertada passos seguros no sentido da unidade do proletariado e dos revolucionários, no sentido da construção da alternativa revolucionária ao capitalismo.

UM EXÉRCITO PROFISSIONAL?

Com a passagem à disponibilidade do 2.º turno de 1974, saíram do Exército os militares milicianos (soldados, furriéis, oficiais) que restavam do 25 de Abril. Estes militares, incorporados na véspera do derrube do fascismo, saíram no momento em que de novo o fascismo ameaça o Povo português.

Durante a sua permanência no Exército estes militares desenvolveram um dos mais avançados processos históricos. Assim, quando do golpe de 25 de Abril (em que o capitalismo português tentava a sua reconversão) estes camaradas conseguiram alterar o rumo dos acontecimentos através de uma luta que se iniciou contra o militarismo e a repressão nas Forças Armadas da burguesia, transformando-se ao longo do processo numa organização (os SUV e as Comissões de Soldados) que fez tremer o capitalismo nacional e o imperialismo.

A consciência de classe por parte dos soldados e de união com os demais explorados, teve o primeiro sinal, na grande manifestação do 7 de Fevereiro de 1975 onde os soldados destacados para reprimir uma manifestação da classe operária, considerada pelo poder vigente como clandestina, recusaram-se de punho erguido, a cumprir as ordens apoiando e protegendo os seus camaradas trabalhadores.

A luta dos soldados e a dos trabalhadores sempre foi a mesma contra o inimigo principal: a burguesia e o capitalismo. Assim uma parte das F. A. foram conquistadas para o lado dos trabalhadores e era grande a contradição do poder da burguesia; por isto, havia que eliminar as «ervas daninhas» do seu seio, e é assim que, a partir da queda do V Governo Provisório, começam a sair compulsivamente os milicianos do 25 de Abril (1.º, 2.º, 3.º e 4.º turnos de 1973).

Culminando no golpe da direita em 25 de Novembro, onde são saneados todos os militares progressistas, abrindo uma fase de transformação para um Exército de mercenários, a burguesia não tem confiança nos trabalhadores para defenderem o seu poder e os seus privilégios (da burguesia). Eles sabem que os trabalhadores não reprimem trabalhadores. A reconstrução do Exército anunciada por Ramalho Eanes, quer transformá-lo numa força de repressão para se abater sobre os operários e os camponeses.

Por isso os soldados a pouco e pouco serão substituídos por marginais e assassinos pagos a preço de ouro (como está a acontecer nos comandos, PM, pára-queda, etc.) para formar uma força nazi, condição necessária para o regresso ao fascismo.



CONGRESSO DO PDC

O banquete fraco dos vampiros

A direita organiza-se e avança. Ora, com capa social-democrata à alemã (a sueca é já muito esquerdista); ora com cara nítida de fascista.

Foram os plenários dos agrários pelo país, foi o comício do C. D. S. em Lisboa, foi agora o Congresso do P. D. C. no Porto.

A extrema direita, os fascistas, sentem que o terreno lhes é propício a nível do poder. Eles sabem que as armas e os homens que a G. N. R. receberam são para os defenderem para protegerem os seus comícios e manifestações e para tentarem impedir que o ódio revolucionário dos trabalhadores se abata sobre eles.

P.D.C., partido fascista nascido de algumas cinzas do 25 de Abril (as outras pariram o C. D. S. o P. P. D. e outros) viu agora o campo aberto para fazer um Congresso.

Ainda um tanto a medo fê-lo no Porto e lá esteve a G.N.R. generosa na protecção da burguesia, a guardar aqueles de quem é laia. Os fascistas do P.D.C. já não precisam de falar falso. Todos os valores para que apontam, todos os valores para que apontam, todos os princípios que defendem são os valores e os princípios do fascismo de Salazar de Hitler, de Mussolini, de Franco, de todos os Pinochets da his-

tória, dos homens oprimidos por alguns homens com a cruz gamada a saltar do emblema, os vampiros do P. D. C. sonharam com o banquete em que queimassem os trabalhadores e os revolucionários deste país. E não fizeram mais do que bater nas gastas teclas já tocadas por todos os abutres da história, tocadas pelos padres da inquisição, por Cerejeira, pelos bispos fascistas do Chile. (Sim, porque tal como o nome indica o P. D. C. é um partido de «crentes no cristianismo»).

No Congresso o P. D. C. resolveu ir às eleições. Embora chegue um pouco atrasado (?) poderá vir no caso de ir sózinho a retirar alguns, votos de extrema direita ao C. D. S. e ao P. P. D.. (a legalização do P. D. C. não terá sido uma jogadazita de um outro partido que ainda tem algumas esperanças de ganhar?! Bem pensada!?)

Alheios a estas jogadas estão os trabalhadores. Os fascistas são-no no P.P.D., no C.D.S., no P.D.C. ou em qualquer outro. São os trabalhadores que lhes têm de descobrir as ventas e lhes esmagar a força com os punhos cerrados da sua organização.

É na luta contra o capitalismo que se destroem os fascistas. É avançando para a tomada do poder que se abate o inimigo da classe operária.

O EMBLEMA DA A.O.C.

Avante O Castelo

A A.O.C. grupo de ex-amigos do P.S. também fez um congresso. Três «importantes» decisões foram aí tomadas.

A primeira diz respeito à troca de namorado. O P.S. já não serve porque está vendido ao social-imperialismo russo, através do seu ministro Lopes Cardoso que defende a Reforma Agrária «social-fascista». Isto para os trabalhadores, é claro. Até ao 25 de Novembro o P.S. era na verdade a grande força capaz de se opor aos avanços revolucionários da classe operária. Agora as coisas mudaram. Os AOC's já viram que o P.P.D. terá melhor futuro nas eleições, por isso o escolheu para namorado, apoiando-o agora.

A segunda decisão foi enviar uma exigência ao Governo de não reconhecimento da República Popular de Angola (estes senhores ainda sonham com a vitória da F.N.L.A./U.P.A./U.N.I.T.A., como umavtória do imperialismo americano).

A terceira decisão é a bombástica...

Mudar o emblema: nada de espigas, nada de martelos. O novo emblema é nada mais nada menos que o Castelo de Guimarães. Estamos já a ver os AOC's a exaltarem os nobres valores da lusitanidade, da Pátria, da família e... de Deus.

Por isso propomos um novo nome para a A.O.C. — Avante O Castelo.

P.C.P. / P.S. que aliança?

Tem-se ouvido ultimamente vários elementos responsáveis do PCP, pronunciarem-se pela aliança urgente do seu partido com o Partido Socialista. Não nos propomos fazer uma crítica sectária ou «esquerdista» a mais esta afronta ao movimento operário português, por parte da direcção do Partido Comunista, mas sim numa crítica pensada, tentada relacionar esta proposta do PCP na sua política global de traição feita pela sua direcção. Não é de agora, esta tentativa de conciliação. Já em Agosto de 1975, quando da sua expulsão da FUR, o motivo foi o da sua proposta de aliança com o PS.

Álvaro Cunhal dizia nessa altura ser urgente a realização de «um encontro entre as delegações das principais forças e sectores que podem e devem procurar em comum uma solução para a crise». E, entre essas forças, aponta designadamente «representantes oficiais das instancias do Poder, militar e civil (Presidente da República, Governo Provisório, Conselho da Revolução) representantes das principais tendências do MFA — esquerda militar, oficiais do COPCON, Grupo do 9 — representantes de Partidos Políticos, PCP e outros partidos e organizações participantes no projecto da criação de uma ampla frente revolucionária, Partido Socialista.»

Esta proposta é feita numa altura em que se tinha na prática conseguido uma unidade de esquerda civil e militar através da FUR, unidade essa que o PCP, ao querer meter desde o Grupo dos 9 ao Partido Socialista, traía. Nessa altura como em tantas outras, a tradição foi grave por ter sido feita a todos os militantes operários que mantinham a nível do seu local de trabalho uma luta unitária com militantes de outras organizações da FUR, e que se viram traídos com uma proposta de aliança com um partido ao serviço do capitalismo, um partido que já por diversas vezes tinha provado ter uma política anti-operária e anti-comunista.

Também agora, depois do 25 de Novembro, depois do avanço de direita que se tem sentido e do qual o Partido Socialista não está alheio, o Partido Comunista volta à carga. No seu auto-proclamado «anti-fascismo consequente» a direcção do PCP traí novamente a classe operária e os camponeses que nela depositaram a sua confiança de revolucionários; O anti-fascismo da direcção do PCP, contenta-se em ser simplesmente «anti». Não oferece perspectivas revolucionárias à classe operária, e não oferecendo perspectivas, torna-se débil po-

liticamente, necessita fazer alianças directas com a social-democracia, a mesma que abriu caminho, e muitas das vezes conscientemente, à instauração de um novo regime fascista em Portugal.

Álvaro Cunhal não tem problemas em dizer no Comício promovido pela UEC no dia 1 de Fevereiro de 1976, «ser a aproximação entre socialistas e comunistas um factor decisivo para a garantia das liberdades e das conquistas da Revolução», e afirmar «estar o PCP disposto a tudo fazer para facilitar a aproximação, entendimento e acção comum de comunistas e socialistas! assim como de comunistas e democratas de outras tendências».

À LAIA DE DESCULPA

Esquece-se Álvaro Cunhal da existência da luta de classes? esquece-se concerta das grandes lutas que os seus militantes operários, tem travado a nível de local de trabalho contra os «socialistas» e contra «os democratas de outras tendências»?

Álvaro Cunhal terá bem presente a reacção dos camponeses do Alentejo perante esta proposta de conciliação de classes? Poderá dizer à laia de desculpa que está a pensar ao fazer esta proposta aos camponeses e trabalhadores do Norte do País... Sendo assim, não seria mais honesto propor uma nova política de actuação do seu partido no Norte, em vez de vergar esta ao facto consumado da direita estar com força e controlar os camponeses? Ou pretende Álvaro Cunhal dividir ainda mais o movimento revolucionário dos trabalhadores em Portugal? Ao que na prática se assiste, é à saída de 50 militantes da Juventude Socialista (entre eles o Secretariado) de Viana do Castelo, ao se sentirem traídos na sua luta por aquele partido e, simultaneamente, o PCP a propor alianças, ainda no rescaldo da viagem de Mário Soares aos Estados Unidos onde manteve relações «fraternas» com Henry Kissinger...

Mas uma coisa é certa: a luta de classes agudiza-se em Portugal, a direcção do Partido Comunista vai ficando para trás, vai-se alheando do processo revolucionário, e a prova está nas propostas completamente desfazidas que faz. Os operários e camponeses pobres vão avançando, vão abrindo caminho com as suas vitórias ou derrotas, com a sua persistência revolucionária que lhes dá a sua origem de classe à tomada do Poder, à ultrapassagem de vez dos partidos burocratas e que traíem na luta do dia-a-dia.

COMUNICADOS DO CLARP

PRESO OTELO...

Preso Otelto, é o 25 de Abril que está na prisão. Preso o 25 de Abril, é a luta do povo que é reprimida são as conquistas democráticas, a reforma agrária, a luta contra o capital monopolista, que são reprimidas. As lutas populares contra o fascismo foram lutas populares contra as bases do fascismo, contra os seus apoios: o latifúndio, a exploração capitalista, o monopólio, a especulação. Nessa luta, o povo teve poderosos aliados: os soldados e outros militares revolucionários. As ocupações de terras dos grandes agrários, de casas desabitadas e fábricas dos sabotadores, empreendidas pelo povo explorado, foram apoiadas pelos soldados — e o povo não o esquece. **O que o 25 de Novembro se propôs destruir foi essa aliança, a aliança povo-soldados.**

Os protestos populares contra a prisão de Otelto e de outros militares antifascistas e revolucionários têm obrigado a direita a recuar. **As massas populares não toleram porém que as libertações dos camaradas presos em 25 de Novembro sirvam de pretexto e cobertura à libertação e à amnistia fascista, dos carrascos da «P.I.D.E.», dos sabotadores e reacçãoários — com Spínola à cabeça.** As massas populares não toleram que os militares revolucionários, uma vez soltos, sejam afastados dos postos onde serviram a Revolução e onde têm que continuar a servi-la. **O povo quer Otelto e os outros revolucionários em liberdade, mas quer-os também no Alto do Duque no Copcon, no Ralis na P. M..**

A luta contra a repressão, contra a carestia e o desemprego e pela defesa das conquistas populares é a frente actual da luta contra o fascismo. **A P. S. P. e a G. N. R. de G-3 nas ruas, as bucas e as rugsas às herdades colectivas, a transformação das Forças Armadas num corpo de mercenários, os ataques às empresas sob gestão e controle operários, o saneamento de militares revolucionários, a prisão de antifascistas e a libertação de fascistas, reacçãoários e sabotadores, a impunidade ao terrorismo e banditismo do E. L. P. e C. I. A., constituem ameaças à democracia porque conduzem o país a uma situação favorável ao regresso do fascismo.** São os latifundiários, os grandes agrários, os monopolistas, os especuladores e todos os que têm saudades do 24 de Abril que tem interesse nessas medidas anti-populares. Contra elas há que unir o povo, todos os antifascistas e todos os democratas sem sectarismos.

Todos à Rua no dia 20!

Todos ao Terreiro do Paço às 19 horas!

Ergamos uma barreira contra a repressão e contra o fascismo!
Exijamos a libertação e reintegração imediatas dos militares antifascistas e revolucionários!

«Pides» para a prisão, revolucionários libertados já!

O povo não quer mercenários nos quartéis!

Fim já ao terrorismo fascista!

Unidos e organizados o fascismo não passará!

Lutar contra a repressão é lutar contra o fascismo!

CLARP
COMITÉ PARA A LIBERTAÇÃO
DOS ANTIFASCISTAS E REVOLUCIONÁRIOS PRESOS

A QUEM NÃO INTERESSA A MANIFESTAÇÃO?

O Plenário do CLARP reunido no LNEC no dia 16 de Fevereiro de 76, com a presença de diversas comissões de trabalhadores e moradores e outras organizações unitárias, tendo tomado conhecimento de que uma comissão de luta de vários sindicatos decidiu promover na próxima 6.ª-feira, dia 20, pelas 19 horas, um comício na FIL e

- considerando
- que para o mesmo dia e à mesma hora já tinha sido convocada, há vários dias, pelo CLARP, uma manifestação para a libertação imediata de todos os militares antifascistas e revolucionários presos;
- que esta manifestação foi decidida no comício promovido pelo CLARP, e com a presença do Secretariado da Comissão de Familiares dos Militares Presos, no Pavilhão dos Desportos no dia 3 de Fevereiro de 76, pelos milhares de antifascistas presentes;
- que a manifestação do CLARP inserindo-se na luta geral contra a repressão e o fascismo é afinal de luta contra aqueles que pretendem recompor o aparelho repressivo fascista para impor o congelamento da contratação e o aumento dos preços;
- que os militares antifascistas e revolucionários estão presos por se terem colocado totalmente ao serviço dos trabalhadores;
- que por tal motivo não se compreende como podem sindicatos que visam a defesa desses trabalhadores, e que em múltiplas circunstâncias apoiaram os militares agora presos, promover uma iniciativa que vindo limitar a mobilização para a manifestação do CLARP, impedirá que esta possa alcançar o objectivo a que se propõe: libertação incondicional dos militares antifascistas revolucionários presos;

DECIDEM:

— **Responsabilizar o executivo do CLARP e os familiares de militares presos presentes pelas seguintes deligências:**

Contactar os familiares dos militares presos e conjuntamente com estes promover contactos com a «Comissão de Luta dos Sindicatos» no sentido de esta **alterar a data da sua iniciativa e dar a sua adesão à manifestação do CLARP** demonstrando assim que estão empenhados na libertação imediata e incondicional de todos os militares antifascistas e revolucionários presos pelo único crime de se terem colocado ao lado do povo trabalhador para combater o fascismo.

— **Decide ainda aplear a todo o povo trabalhador e todos os antifascistas para que se integrem na manifestação para a libertação dos antifascistas e revolucionários presos.**

6.ª-feira, 19 horas — Terreiro do Pazo

**PELA LIBERTAÇÃO IMEDIATA E INCONDICIONAL
DE TODOS OS REVOLUCIONÁRIOS PRESOS**

Lisboa, 16/2/76

Todos ao Terreiro do Paço dia 20

EXIJAMOS A LIBERTAÇÃO IMEDIATA DOS MILITARES ANTIFASCISTAS E REVOLUCIONÁRIOS PRESOS

O povo trabalhador, explorado e oprimido, sabe bem quanto representam para ele os militares presos na sequência do golpe reacçãoário do 25 de Novembro. Ele sabe que eles contribuíram de forma importante para o derrube do regime fascista em 25 de Abril de 1974. Ele sabe que eles foram seus aliados contra as sucessivas intencões reacçãoárias da burguesia. Ele sabe que muitos deles estiveram ao seu lado quando os trabalhadores ocuparam fábricas, terras e casas dos capitalistas.

O povo trabalhador compreende que preso Otelto é o 25 de Abril que está na prisão. O povo trabalhador compreende que são conquistas fundamentais (reforma agrária, controlo operário, direito de reunião e o próprio direito ao trabalho e a um salário decente) que estão em

perigo. O povo trabalhador vê bem como o fascismo avança e como o capital procura recuperar o perdido.

Mas o povo trabalhador também repudia que a pretexto (e utilizando como troca) da libertação de antifascistas e revolucionários presos se ponham na rua fascistas, «pides» e reacçãoários de toda a espécie.

É preciso que a manifestação do dia 20 seja um grande passo em frente na luta contra a repressão e o fascismo, é preciso que se abra caminho à libertação imediata de Otelto e de todos os antifascistas presos.

ABAIXO A REPRESSÃO
«PIDES» PARA A PRISÃO, REVOLUCIONÁRIOS LIBERTADOS JÁ
UMA SÓ SOLUÇÃO — REVOLUÇÃO SOCIALISTA

O Secretariado do P. R. P.

CAMPONESES DO ALENTEJO

VIMIEIRO — UM EXEMPLO

Foi em 8 de Fevereiro de 1975 que no Vimieiro, concelho de Arraiolos, começou a escrever-se a história da Reforma Agrária. Nesse dia trabalhadores rurais tomaram em suas mãos a responsabilidade de gerir e trabalhar a terra de que apenas uma ínfima parte era cultivada. O resto apenas produzia, desde há muitos anos, caça para divertimento de uns quantos senhores. Foi assim, em 8 de Fevereiro de 1975 nasceu a 1.ª cooperativa do Vimieiro, a de Santana.

Ali como por todo o Alentejo a reforma não se disse, não se cantou. FEZ-SE. O resultado ali está para quem o quiser ver: hoje, cultiva-se uma superfície mais de 10 vezes superior a então cultivada; hoje, depois de levadas a cabo obras de captação de águas que permitiram, logo de início, contar com cerca de 7 hectares de regadio, os trabalhadores poderão atingir os 15 hectares de regadio; hoje, em vez da escassa meia dúzia de pessoas que lá trabalhavam antes da ocupação, o número de trabalhadores ronda os 40.

AUMENTO NA PRODUÇÃO AUMENTO DOS POSTOS DE TRABALHO

Não há ninguém neste País que não constate que se atravessa uma profunda crise económica. Ninguém ignora também que a quebra na produção e o desemprego são dois males que atestam essa crise. Resta a questão: qual a origem da crise?

É na resposta a esta questão que se dividem os dois grandes blocos políticos da sociedade portuguesa: para uns, o mal foi o 25 de Abril de 1974 e os «abusos» a que deu lugar; para outros, onde nos incluímos, o mal foi ter-se andado devagando de mais. Quem tem razão? O Alentejo que responde!

E o Alentejo responde.

Responde que desde que os trabalhadores tomaram conta das terras, a produção subiu em flecha. Responde que desde que há cooperativas, o que ontem dava coelhos dá hoje toneladas de trigo, cevada, aveia, batatas, etc. Responde que onde trabalhavam 10 trabalhadores hoje trabalham 40 ou 60 ou mesmo 100 pessoas. Responde que enquanto as 10 pessoas de ontem quase não produziam (tratava-se de guardas, «alheiros», etc.), os 40 ou 60 ou 100 de hoje não fazem outra coisa que não seja produzir.

Em suma, enquanto por quase todo o lado grassa a baixa produção e o desemprego, nas cooperativas produz-se muito mais e emprega-se muitíssimo mais gente. Não foram os trabalhadores quem fez o despedimento, não foram os trabalhadores quem fez sabotagem económica. Enquanto os capitalistas levavam para fora do País (oh! «patrioteiros»...) 50 milhões de contos, os trabalhadores não levaram um só tostão daquilo que produziram, e que não foi nada pouco.

Hoje, à de Santana, juntaram-se mais 11 cooperativas. Ao todo, 12 cooperativas a produzirem imensamente mais do que ali se produzia em 24 de Abril de 1974. Isto, apesar do auxílio que é pouco, apesar de toda a espécie de dificuldades que a burocracia e a reacção lhes coloca, ou

nos créditos, ou na aquisição de gados, ou na venda de produtos, ou no abate de árvores, ou na cedência de máquinas, ou nos meandros da papelada da «caixa», etc., etc.

Basta dizer-se que no conjunto das 12 cooperativas do Vimieiro, trabalham hoje mais 340 pessoas do que trabalhavam antes destas existirem. E não é tudo, porque há ainda postos de trabalho a preencher. «Assim haja a vontade de trabalhar, que trabalho não falta», diz-nos um dos trabalhadores que acrescenta: «quem quiser vir é só diz-lo e começar a trabalhar. Tem, claro está, de se sujeitar às mesmas condições dos restantes. O que é para uns é para os outros. Aqui não pode haver privilegiados».

NEM TUDO SÃO ROSAS

O que hoje ali se pode ver é algo de verdadeiramente estimulante. Mas então não há dificuldades? Claro que há. E nem podia deixar de haver, ou



No 1.º aniversário da 1.ª Cooperativa do Vimieiro, Zeca Afonso «anima a malta» e vai dizendo coisas

não fosse grande a empresa. E todas as grandes vitórias deparam com grandes dificuldades. Por isso são grandes vitórias.

Dificuldades, por exemplo, resultam do facto de alguns dos trabalhadores não terem compreendido o verdadeiro alcance da obra em que estão. Trabalham nas cooperativas porque elas lhes dão emprego. Para esses é uma espécie de novo patrão. «Querem o dinheiro ao sábado, e é tudo o que

lhes interessa», diz-nos um trabalhador. Não perceberam ainda que as cooperativas, nada têm a ver com patrões, porque nelas não há exploração. O que ganham uns ganham todos. O dinheiro que resta é para melhoramentos, montagem de oficinas, compra de máquinas, etc., no sentido de melhorar as condições de trabalho e de vida de TODOS. Nem perceberam que para haver dinheiro ao sábado para as 340 pessoas que para ali foram depois das cooperativas existirem, FOI PRECISO CORRER COM O LATIFUNDIÁRIO, porque para este a fome dos trabalhadores era menos inquietante do que a «peste» nos coelhos das coutadas. E, claro, muito menos perceberam que quando um latifundiário ou um dos seus lacaios lhes promete mundos e fundos lhe está a MENTIR para poder dividir os trabalhadores. E que, se houver trabalhadores a darem ouvidos a esses «amigos da onça», o dinheiro do sábado corre sérios riscos de se transformar na fome de cada sábado. E que, se o fascismo voltar, em vez de grão volta a haver coelhos, em vez de batata volta a haver perdizes. E como as perdizes e os coelhos não precisam de ser cultivados, vai haver desemprego de «criar bicho», como nunca antes houve em Portugal.

RESPONSABILIZAR MAIS GENTE

«Quanto há qualquer coisa a fazer, acabam todos por fugir com o rabo à seringa e são sempre os mesmos que tem de tratar de tudo» — Palavras

rem. Além de que se alguma coisa corre mal, há logo divisão porque aparece sempre este ou aquele que «orta na casaca». Friamente, um dos trabalhadores responsáveis interroga: «então e se um ou dois dos actuais responsáveis morrerem como é que eles se vão desenrascar?». É claro que a necessidade cria o órgão e, nessa altura, que remédio teriam alguns dos outros senão assumirem responsabilidades...

A organização é como a arte. Não se nasce pintor ou músico. Aprende-se pintura como se aprende música. Sem tempo, sem estudo, sem experiência, sem cometer falhas e com elas aprender a corrigir erros, não há pintores nem músicos. Como não há organização a funcionar bem sem tempo, se estudo, sem experiência e sem cometer falhas. Os quadros jorjam-se na luta e só da luta saem os grandes quadros. Assim se explica que a organização nas cooperativas esteja hoje bem melhor, bem mais avançada do que a princípio. Mas ainda há falhas. Um trabalhador exemplifica: «Há uns tempos, o brigadeiro (Pezarat Correia) esteve cá e prometeu-nos umas máquinas que estariam a ser reparadas para poderem ser utilizadas. Até hoje não vieram as máquinas, mas quem está em falta não é ele. Nós é que ainda lá não fomos ver como vai o assunto...» Aqui está uma das tais falhas que só a experiência, o estudo e o tempo poderão resolver...

A DESCONFANÇA

É conhecido que os trabalhadores rurais são, de uma maneira geral, bastante desconfiados. E tem razões para isso: durante toda a vida andaram a ouvir promessas que nunca viram cumpridas. Muitos deles analfabetos, não conheciam muitas das coisas e ficavam assim à merce dos oportunistas que, aproveitando-se da sua ignorância, os enganavam. E quem muito desconfiado é, acaba quase sempre por se fiar no mau cavalo!

Esta desconfiança crónica é hoje um problema. Há coisas que os trabalhadores desconhecem e estão sempre desconfiados de que os enganem nessa matéria. Um exemplo é o problema da «caixa». Os trabalhadores não sabem os deverem e os direitos que lhes assistem em relação à «caixa». Vai daí, como toda a vida foram enganados com a velha história dos descontos para a «caixa» que parecia não ter fundo (engolia os descontos e de lá não saía), ainda hoje há trabalhadores das cooperativas que desconfiam dos seus camaradas, perguntando-se se eles farão os descontos ou não.

Ora é urgente acabar com a desconfiança. Mas para acabar com ela é

de um membro de uma comissão de trabalhadores.

A fuga às responsabilidades é um mal terrível. As pessoas deviam ir aceitando responsabilidades, porque os problemas são de todos. Claro está que a pouca experiência dos trabalhadores nestas andanças os leva à rotina do trabalho e mais nada. Mas se forem sempre os mesmos a tratar de tudo, as pessoas que tratam das coisas burocratizam-se mesmo sem o quere-

POLO DE ORGANIZAÇÃO

preciso acabar com a ignorância que lhe está na origem. O combate à desconfiança que divide os trabalhadores faz-se através de um ataque às origens. É um dos trabalhadores quem aponta a via para a solução: «no caso da «caixa», por exemplo, é necessário fazer reuniões de esclarecimento para que os trabalhaodres saibam que deverem tem para com a «caixa» e que deverem tem a «caixa» para com eles. No dia em que isto acontecer, tenho a impressão de que vão chover papéis...!!»

A unidade dos trabalhadores não se faz com discursos. Ou melhor, não se faz só com discursos. Faz-se sobretudo, com a resolução de problemas comuns, que é a maneira dos trabalhadores sentirem que os problemas de uns são os problemas de todos e que só conjugando os esforços de todos se lhes poderá dar solução.

No caso concreto do Vimieiro, havia uma moagem e dois fornos para fazer o pão — a «fábrica». A moagem e os fornos interessavam a todas as Cooperativas. Vai daí, mãos à obra. A «Fábrica» foi tomada pelas 12 cooperativas.

Outro problema: as reparações da máquina e alfaias eram demoradas e ficavam caras. Solução: montar uma oficina para reparação de material das 12 cooperativas.

E assim, com a «fábrica» e a oficina nasceu a União das Cooperativas do Vimieiro. Ali se vai fazer farinha para os cooperadores. Ali se vai cozer pão para os cooperadores. Ali se vão fazer rações para as 12 cooperativas. Ali se vão reparar as máquinas das 12 cooperativas. Ali se vai abrir uma cantina para todos os cooperadores.

Mas a União das Cooperativas do Vimieiro não é só isto. É também comercializar os produtos não permitindo a especulação dos intermediários. É também a possibilidade concreta de adquirir produtos a preços equitativos para todas as cooperativas. É ainda a possibilidade de armazenagem de produtos, eliminando a necessidade da venda imediata dos mesmos, situação de que os intermediários tiram proveito. É também a possibilidade de um melhor aproveitamento das máquinas e dos gados utilizando-os de acordo com as necessidades prioritárias.

Assim se vai consolidando a unidade entre os trabalhadores. Assim se vão abrindo novas perspectivas. Através da resolução de problemas concretos a unidade vai-se tornando realidade. Uma oficina, uma cantina, uma fábrica de concentrado de tomate, uma cooperativa de consumo popular. As Uniões vão tomando forma. No Vimieiro onde às 12 cooperativas se de-

verão juntar brevemente mais 2 outras. Em Pavia, em S.Manços, em Reguengos de Monsaraz, enfim, em muitos outros sítios onde as Uniões vão tomando forma.

E como em todas as coisas, cada vez que se dá um passo, novas perspectivas se abrem. Pôr de pé Uniões locais abre perspectivas para a união entre as Uniões. Por freguesia, por concelho, por distrito. Os cooperadores formarão então um fortíssimo bloco. Os preços estipulados serão então únicos, quer na venda, quer na aquisição. A capacidade de armazenagem garantirá minimamente uma margem de preço de venda. O aproveitamento das máquinas será então muito supe-



rior. As cooperativas com maiores dificuldades serão socorridas pelas mais folgadas, no interesse mútuo de quem sente e sabe que a luta de uns é a luta de todos. Iniciativas de carácter económico e social (cooperativas de consumo, assistência médica e medicamentosa, escolas, ev.) abertas aos demais trabalhadores serão a grande arma para quebrar o isolamento em que muitas cooperativas vivem. Isolamento que pode ter consequências trágicas quando se dá em relação a outros trabalhadores, porque é por aí que a reacção pode entrar.

LIGAÇÃO CIDADE-CAMPO

Mas as Uniões de Cooperativas abrem também a possibilidade de intercâmbio de produtos entre o campo e a fábrica ou bairro. Assim, directamente, se poderão trocar produtos no interesse comum do operário e do trabalhador rural, eliminando a casta de parasitas que são os intermediários. Daqui poderá nascer uma nova rede de distribuição que nada tem a ver com a actual rede de natureza capitalista e donde nasce toda a espécie de abusos, de especulação, de roubo mesmo. Eliminar essa rede de parasitas é também retirar à reacção uma teia que lhe permite o controlo de toda a máquina económica. Para se produzir é preciso comparar; produzindo-

se é preciso vender. A rede de distribuição é a chave que pode emperrar este vaivém fundamental.

A ligação dos trabalhadores do campo com os da cidade é a consolidação da unidade dos trabalhadores, a maneira de desmascarar as patranhas reaccionárias, a maneira de conquistar para a Revolução, num corpo único, as grandes massas proletárias.

LIGAÇÃO NORTE-SUL

Mas as Uniões de Cooperativas são também a possibilidade de troca de produtos entre os trabalhadores do Centro e Norte e os trabalhadores rurais do Alentejo. Vencer a barreira do

de nada valerá tudo quanto atrás ficou dito se amanhã vier o fascismo, porque então as conquistas de hoje dão lugar à mais terrível situação de sangue derramado, de fome, de exploração e de opressão.

Vencer as batalhas económicas e sociais só terá sentido se tal for aproveitado no sentido de integrar no processo revolucionário as grandes massas de trabalhadores.

Por isso se torna imperioso que, a par das lutas económicas e sociais, se faça perceber aos trabalhadores que isto ainda não é socialismo, que a revolução não se fez e que só com a revolução os trabalhadores estarão seguros de que o fascismo não voltará e que novas e grandes conquistas se poderão então levar a cabo.

É esta a tarefa dos trabalhadores mais conscientes: a par da resolução dos problemas concretos, esclarecer e organizar os demais no sentido da conquista do poder e da derrota definitiva do fascismo.

Isto só pode ser conseguido se os trabalhadores se organizarem devidamente dentro desta perspectiva. **Organização autónoma**, porque se é organização deste ou daquele partido, é certo e sabido que isto gera imediatamente a divisão entre os trabalhadores. A unidade não se constrói de cima, constrói-se a partir da base. E revolucionário só será o partido ou partidos que puseram a sua organização e os seus meios ao serviço da unidade dos trabalhadores.

Nesse sentido, as Uniões de Cooperativas devem, sob pena de incorrerem num suicídio de tipo chileno, fomentar-se na perspectiva de autênticos órgãos de Poder Popular. Logo, devem organizar-se no sentido da conquista, juntamente com idêntica organização dos operários dos camponeses e dos soldados (Conselhos Revolucionários de Trabalhadores Soldados e Marinheiros), do poder económico, político e militar.

A reacção avança. Prepara-se, tanto a nível civil como a nível militar, para esmagar pela força as conquistas dos trabalhadores, para submeter pela força os trabalhadores à miséria e à exploração. As conquistas de trabalhadores só estarão realmente defendidas no dia em que estes desbaratarem as forças da reacção, substituindo as estruturas burguesas da economia, da política e militares por estruturas proletárias.

Dotar as Uniões de Cooperativas de funções, não só económicas e sociais mas também políticas e militares, eis a grande tarefa dos trabalhadores revolucionários no sentido de acabar de vez com o capitalismo, afastar definitivamente o perigo fascista e erguer finalmente a sociedade socialista.

A GRANDE TAREFA

As vantagens das Uniões de Cooperativas, organizadas por freguesia, por concelho e por distrito, não são so, contudo, nos domínios do económico e do social.

É preciso ter bem presente que

CHELAS — A QUEM INTERESSA A EXPULSÃO DE MORADORES?



«COMO É QUE VAMOS PARA O SOCIALISMO SE NÃO SE ACABAM COM OS PRIVILÉGIOS?»

« — Como é que vamos para o socialismo se não se acabam com os privilégios? », são palavras de um elemento da comissão de moradores do lote n.º 49 no bairro de Chelas.

São 70 famílias, cerca de 250 pessoas que vivem em péssimas condições num lote ainda em construção, pertencente aos serviços sociais das Forças Armadas.

O lote foi ocupado entre 11 e 12 de Abril de 1975.

A maioria dos moradores tinham numa miserável barraca, uma parte de casa, ou viviam com outros.

A 14 de Abril sai um decreto-lei que proíbe as ocupações e pune quem as fizer.

Entretanto depois da ocupação, os moradores são apoiados por unidades progressistas como o Ralis, que lhes vão levar roupas e alimentos.

Houve bastante apoio a nível dos militares. No Copcon o capitão Lourenço Marques também lhes procurou resolver o problema da legalização da situação. Eram na verdade militares que estavam interessados em apoiar a justa luta das massas trabalhadoras.

Eram militares que se colocavam ao lado dos trabalhadores, dos necessitados, dos explorados e oprimidos, que os ajudavam na sua organização e lutavam pelo mesmo objectivo — a Revolução Socialista.

«...ATÉ OFERECEMOS O NOSSO TRABALHO (GRATUITO)...»

O lote por pertencer aos Serviços Sociais das Forças Armadas, destinava-se a oficiais e sargentos. Posteriormente resolveu-se que se destinaria a sargentos e praças.

Há um pormenor que mostra claramente até que ponto se mantem os privilégios não obstante as tentativas de lhes por fim, no decurso do proces-

so pós-25 de Abril. As casas de banho para os sargentos tem azulejos nas paredes, para as praças não. Porque?

Estas famílias extremamente necessitadas, já ofereceram a sua força de trabalho para concluir o lote, coisa que lhes foi negada, com a resposta determinante de «... tem que sair».

Devido à grande necessidade sentida na carne por esta gente, o lote foi ocupado ainda em construção e vivem ainda nele em precárias condições, sem madeiras nem vidros nas janelas ou portas. Há imensas crianças com bronquiopneumonias, não há esgotos, água ou luz.

«Se nos tirarem daqui, muitos tem que dormir ali, na rua!»

É certo que há um mínimo de oportunismo como sempre nestes processos, mas será 1 ou 2 por cento.

As 10 horas da noite de todos os dias há reunião com todos os moradores, com o objectivo de incentivar o espírito comunitário, de coesão e de informação e faz-se a chamada.

Vive-se em todo o prédio um espírito de camaradagem e solidariedade a todos os níveis extremamente saudável.

Existe uma comissão de moradores eleita na luta, composta por elementos que no decorrer do processo mais se tem destacado. Essa comissão é revogada a todo o momento. Existem diversos grupos de trabalho com tarefas específicas.

Não há enfeudamentos a partidos.

NESTE MOMENTO, NÃO TEMOS APOIO DE NINGUÉM

Estas 70 famílias sentem agora a falta de ajuda que antes do 25 de Novembro os militares lhes davam. Não há razão para não lhes cederem o lote pois foi ocupado antes do decreto-lei que proíbia as ocupações.

Tem feito inúmeras directivas, todas infrutíferas. Por último escreveram uma carta aprovada por unanimidade a diversas individualidades do actual poder, Primeiro-Ministro; Presidente

da República, general Ramalho Eanes e brigadeiro Vasco Lourenço.

De todos, apenas da Presidência da República veio a resposta remontado o caso para o organismo respectivo; os Serviços Sociais das Forças Armadas, os quais respondem: «Tem que sair».

«Perguntamos quando será que os comandos nos vem acordar com os canos das G3 apontados.

Como é que se constrói o socialismo que dizem querer, se não se resolvem os problemas dos mais necessitados?»

— É com a expulsão?

— É com a repressão?

É por razões concretas como estas que a classe trabalhadora luta.

Ela ganha consciencia e organiza-se.

Os trabalhadores tem consciencia que neste país há muitos irmãos de classe que lutam com eles contra a burguesia que se agarra ao poder e utiliza todos os meios e métodos para continuar a sua dominação. Mas os trabalhadores perguntam, «se dizem que querem construir uma sociedade socialista então acabem com os privilégios». Os trabalhadores veem que o poder resolve os problemas, isso sim, dos patrões nas empresas.

Ceder um passo nas conquistas alcançadas é deixar a burguesia avançar um passo. A unidade e organização das massas trabalhadoras, vencerá.

LIGAÇÃO CIDADE — CAMPO

I — INTRODUÇÃO

É com a ocupação das terras dos latifundiários, que os trabalhadores assalariados rurais do Alentejo, transformaram o regime de propriedade privada ao serviço de meia dúzia de famílias, em regime de propriedade colectiva ao serviço de centenas de pessoas.

E neste contexto que surge um movimento de solidariedade entre os trabalhadores de Setúbal e os trabalhadores rurais de Alcácer do Sal quando do ataque bombista à sede do I.R.A. e a resposta dada pelos trabalhadores com a ocupação da casa do João Branco Nuncio. Este movimento de solidariedade vai lançar as bases de ligação entre a Cidade e o Campo, em Setúbal com a venda directa dos produtos das Cooperativas Agrícolas. Inicialmente esta que se estendeu a outras zonas do Distrito nomeadamente em Almada, Barreiro, Alcochete, etc.

II — LINHAS GERAIS DE ORGANIZAÇÃO

Considerando os perigos que ameaçam as conquistas já alcançadas quer no âmbito da reforma agrária, quer na ligação Cidade/Campo, deve-se desenvolver todos os esforços para:

1) Tarefas organizativas para a defesa das terras ocupadas, com mobilização geral de trabalhadores rurais por greves, conchelo e distrito e a sua ligação aos trabalhadores dos meios organos.

2) Coordenação da actividade das cooperativas agrícolas a nível nacional pelo alargamento das relações de entretajada e colaboração fraterna, para um melhor aproveitamento dos meios de produção existentes, definição de politica de preços, salários, controlo sobre a produção e vendas e sua comercialização de modo a garantir o seu escoamento das cooperativas agrícolas.

3) Constituição de órgãos a nível de zonas urbanas capa-



zes de dinamizar o PODER POPULAR na construção de uma economia própria, ao seu serviço, pela expropriação se necessário dos meios de produção que não esteja a ser utilizados com ligação aos produtos de directos.

4) Constituição do COMITÉ de LUTA por C. T., C. M. e Cooperativas Agrícolas de modo a planear-se a produção e a definir-se tarefas.

III — TAREFAS IMEDIATAS

1) Concretizar a formação do grupo de trabalho cidade/campo já aprovada pelos respectivos Secretariados C. T. e C. M.

2) Lançamento de uma campanha de fundos a nível nacional e internacional.

3) Concretização da folha informativa aprovada pela assembleia das C. T.'s em 16/1/76, realizada na INATEL.

4) Lançamento de um projecto cultural a nível de Cooperativas e Bairros operários.

5) Que as cooperativas que

estão mais estreitamente ligadas ao processo cidade/campo, que sejam elas o núcleo dinamizador e organizativo da zona com ligação do Comité de Luta de Setúbal.

Propõem-se ainda que a casa desocupada depois do 25 Nov 76 pelo IRA (ex. propriedade de João Branco Nuncio) sirva de entreposto dos produtos.

Este documento foi aprovado por unanimidade para servir de base de discussão nas fábricas. Devendo ser amplamente discutido e alterado no que se achar necessário para ser levado ao plenário das C. T.'s no dia 27 Fev 76 às 21 horas no Circulo Cultural de Setúbal.

O Secretariado das Comissões de Trabalhadores de Setúbal

Comissões presentes no plenário: Setenave, Eurominas, Tecnizado, Movauto, Construções Técnicas, Iola, Entrepósito, Sadohã, Sol, Precol, Fundisado, Compar, J. P. da Costa, Imperex e Secil.

Frente polissário

A luta de morte contra o imperialismo

No Oeste Africano, um povo luta contra o imperialismo, estando disposto a derramar o seu sangue até à última gota para conseguir a independência e a liberdade. As grandes potências negociam o direito de existência deste povo em função da sua importância estratégica e da riqueza do seu solo.

Mas o povo do Sara já fez a sua opção: lutar até à morte contra o imperialismo e os seus agentes — Espanha, Marrocos e Mauritania.

Os revolucionários portugueses não podem ficar indiferentes perante os massacres feitos contra este povo. Passamos a palavra à Frente Polisário (Frente Popular para a Libertação de Saguia Hamra e Rio de Oro — Sara Espanhol):

«O Sara Ocidental vive neste momento, uma fase decisiva da sua História; o nosso país precisa mais do que nunca de todas as suas forças para recuperar a liberdade e viver independente e dignamente.

O Sara Ocidental é limitado ao Norte por Marrocos, no Sul e Sudeste pela Mauritania e a Nordeste pela Argélia. Está situado à beira do Oceano Atlântico. A sua superfície é de 284.000 km². A sua população anda pelos 750.000 habitantes, sem contar com os exilados. As suas riquezas minerais são: fosfato, petróleo, ferro, cobre, urânio, gás natural, tem uma enorme riqueza pesqueira.

A situação geográfica do Sara oferece, além disto, uma posição estratégica ideal para o imperialismo.

ESTRUTURAS SOCIAIS E HISTÓRICAS

Se nos remontamos à história antiga, verificamos facilmente que o nosso país era habitado mesmo antes de Marrocos se ter tornado num reino após a entrada em decadência dos impérios negros. Estes habitantes estavam bem organizados social e politicamente: afirmam-no os historiadores árabes e portugueses.

Vivendo numa zona geográfica situada entre o rio Draa e o Cabo Branco, a nossa sociedade está submetida a uma organização sociopolítica semelhante à de todos os povos nómadas ou seminómadas do Sara africano, tendo sido profundamente influenciada pelo modo de vida dos povos beduíno e do muçulmano que marcou profundamente todo o Norte de África e o Sul do deserto do Sara.

A base desta organização é a família e, por sua vez, as famílias organizam-se em tribos.

A tribo pode dividir-se em fracções com um chefe de tribo que incarna a autoridade.

Ao lado do chefe que se apresenta

com o poder executivo existe a «yemma» que é uma assembleia deliberativa. Nas tribos guerreiras existe paralelamente a estes órgãos um conselho de guerra que se cria cada vez que aparece um perigo exterior que ameaça a segurança da confederação tribal.

Tomemos como exemplo os «ait arbain», prática muito usada pelas tribos guerreiras. Em caso de conflitos ou de ameaças à paz interna, principalmente por causa da água, o conjunto das tribos do Sara Ocidental formam um «ait Arbain». Esta assembleia tem como tarefa a resolução dos problemas que as tribos do Sara enfrentam. É, por exemplo, o caso dos «ait arbain» que se formaram para acabar com a guerra que os Erguibat e os Tadjahent enfrentaram durante 30 anos.

Esta estrutura social é única e diferencia o nosso país dos países vizinhos.

A LUTA PELA INDEPENDÊNCIA

Os espanhóis, franceses, marroquinos e mauritanos conhecem a luta heroica que as tribos do Sara travaram contra a ocupação estrangeira e graças à qual o colonialismo espanhol não se conseguiu estabelecer definitivamente antes de 1934.

Mas a oposição contra a invasão não foi sustentada apenas contra a Espanha. Os povos do Sara Ocidental sustentaram durante toda a sua história uma luta contra os habitantes de Marrocos e da Mauritania.

Convém assinalar aqui, a título de exemplo mais recente, a resistência popular armada que o nosso povo desenvolveu, contra a invasão marroquina em 1958 a uma parte dos nossos territórios ao Norte (Chebka e a zona de Tarfaya).

Perante a cumplicidade que Espanha tinha com o Governo marroquino, a fim de manter Ceuta e Melilla sob o seu domínio, os povos do Sara Ocidental



dental reagiram valorosamente para rechaçar as tropas marroquinas.

A Frente Polisário responsabiliza o colonialismo espanhol pelas manobras levadas a cabo contra o nosso povo e a sua unidade.

RELAÇÕES ECONÓMICAS E SOCIAIS DO SARÁ COM OS SEUS VIZINHOS

A posição geográfica do Sará constitui uma encruzilhada ideal para os intercâmbios comerciais.

Assim, os povos do Sará Ocidental exportavam para a Mauritania produtos manufacturados comprados às fábricas portuguesas, produtos do mar, artesanais; conchas, colares, mariscos, peixe seco, camelos, cevada outros produtos utilizados para medicamentos, etc...

Em troca importava, tamaras, ouro, coiro, telas, etc.

O Sará exporta para Marrcos os mesmos produtos que para a Mauritania. Marrcos exporta para o Sará, lã, ovelhas, punhais, coiro e outras mercadorias.

Tudo isto prova que o Sará não estava isolado dos seus vizinhos e que sempre manteve relações históricas com ele em todos os campos.

Mas daí a dizer, como pretendem os nossos vizinhos que o Sará era uma parte integrante de Marrcos ou da Mauritania é uma pretensão muito pouco realista.

gconclusão

A Frente Polisário que desenvolve uma luta de libertação nacional ao nosso país, para a conquista e independência total opõe-se às pretensões de anexação de Marrocos e da Mauri-

tania e nasceu a 20 de Maio de 1973, como resposta à presença fascista do colonialismo espanhol no nosso país. Na sua qualidade de representante do nosso povo, pede o reconhecimento internacional como qualquer outro movimento de libertação nacional da África.

Chamamos a atenção da comunidade internacional para as tentativas dos espanhóis e também para as dos que reivindicam ilegitimamente a usurpação do Sará Ocidental. O mesmo fenómeno que se produziu com o povo palestino produz-se-á no nosso país.

Por tudo isto perguntamos: não teremos direito à autodeterminação e à independência? A viver livres do colonialismo espanhol e do expansionismo marroquino e mauritano na terra que os nossos antepassados nos deixaram?

A opinião mundial e particularmente a das organizações internacionais e sobretudo a da ONU não-de tomar consciência da realidade intolerável que o nosso povo vive: pobreza, fome, doença, e subdesenvolvimento impostos pelo colonialismo fascista espanhol.

As reivindicações territoriais baseadas em diversos argumentos que se destinam apenas a realizar os seus intentos expansionistas jogam um papel desumano pois perpetuam o facto de que um pequeno país que sofreu mil suplicios durante muitos anos, permaneçam desprovidos do seu direito à auto-determinação e auto-independência.

(Extratos do Memorandum dirigido ao Presidente do Comité de Descolonização das Nações Unidas pela Frente Polisário)

LOULÉ

A LUTA NAS CERVEJAS IMPERIAL



Horas decisivas são vividas pelos trabalhadores neste País no momento em que a burguesia fascista procura dar um ritmo político à vida nacional que lhe seja favorável.

O aumento de custo de vida e o desemprego são dois factores com que o capital jogará para oprimir e dominar os trabalhadores. Alguns destes, menos esclarecidos, menos conscientes e menos lutadores sentindo como é difícil empregarem-se e sentindo os géneros alimentícios encarecerem terão tendência a amedrontar-se perante os patrões. Estes fortificarão a obediência dos que exploram.

Um caso evidente é o que se passa na fábrica de Cervejas Imperial em Loulé onde o chefe de departamento da manutenção preventiva acaba de lançar uma comunicação interna. A sua leitura causa repugnância.

Eis alguns pontos: «Devem os trabalhadores:

- 1 — Respeitar e tratar com correcção a entidade patronal.
- 2 — Guardar lealdade à entidade patronal.
- 3 — Obedecer à entidade patronal.
- 4 — Respeitar os interesses da empresa onde prestam serviços.
- 5 — Dedicar-se exclusivamente ao exercício das suas funções dentro das horas de serviço.
- 6 — Guardar segredo profissional.

7 — Não abandonar o serviço sem prévia autorização da entidade patronal ou do seu representante, etc., etc.»

Sobre estas e outras questões ouvimos um trabalhador da fábrica de Cervejas Imperial.

REVOLUÇÃO: Como foi formada e quem constitui a actual comissão administrativa da fábrica?

TRABALHADOR — A Comissão Administrativa foi nomeada pelo VI Governo. Essa Comissão não foi reconhecida pelos trabalhadores. Nessa altura porque dois dos elementos que a compunha tinha sido no tempo do fascismo administradores. Um era director do Banco em Luanda e o outro era administrador na Tabaqueira Nacional. Quando a comissão dos trabalhadores averiguou o passado deles viu que estavam comprometidos com o fascismo e por isso tomamos essa decisão. Mas havia um factor muito importante que era o de resolver os problemas dos trabalhadores. A administração analisou os factos e de acordo com o Governo resolveu fazer chantagem dizendo: «Se não nos reconhecem os vossos problemas não são resolvidos.» Fomos no palácio deles e acabamos por os reconhecer.

REVOLUÇÃO: Revela-se que ou a C. T. não tem uma luta correcta ou os trabalhadores da fábrica não a apoiam.

TRABALHADOR — Ora aqui há dois factos concretos: 1 os trabalhadores não apoiam a C. T. porque ela não resolve ou não pode resolver os nossos problemas (que não são poucos). Partindo de um princípio de que a comissão deve defender os nossos interesses e não os interesses do patrão — Governo — isto talvez porque não há uma consciencia de classe no seio dos trabalhadores, o outro é o papel do Governo que anda a querer infiltrar «fachos» à força, mas não o conseguiu até aqui, por isso eles revoltados porque não o conseguiram andam a tentar boicotar de qualquer maneira as nossas reivindicações. Eles até dizem que se quiserem fecham as fábricas de cerveja — Imperial — Loulé e Cergal.

REVOLUÇÃO — Neste momento quais são as vossas reivindicações e de que meios se servem para as fazerem vingar?

TRABALHADOR — As nossas mais necessárias são: os transportes, os aumentos de salários prometidos passar eventuais a efectivos, 40 horas semanais, etc. Neste momento nós não temos meios para resolver estes problemas, porque segundo diz o Governo se não produzirmos não temos ordenados, por isso nós vamos aguentando, sei lá até que ponto, esta decisão.

REVOLUÇÃO — Há divergencias partidárias entre os trabalhadores?

TRABALHADOR — Não há divergencias partidárias mas os empregados de escritório e a maioria dos chefes afastam-se da nossa luta. No entanto há um militante do P. C. P. (M-L) que anda a deturpar e a boicotar a nossa luta juntando-se ao escritório e aos chefes, fazendo o jogo do P. P. D. e do P. S.

REVOLUÇÃO — Como ves a futura actividade politica dentro da fábrica?

TRABALHADOR — Há cerca de dois meses após o 25 de Novembro pensou-se formar um Comité de Luta e autodefesa da fábrica, formou-se mas precipitadamente, porque não se estudou e analisou como devia ser um Comité de Luta da fábrica, e dois indivíduos com um bocadinho de demagogia barata, conseguiram mentalizar a maioria da classe que o Comité não estava bem formado e destruíram-no totalmente sem fazerem critica construtiva. Presentemente continua-se a pensar novamente no Comité de Luta, mas há um ponto muito importante que é o de primeiramente consciencializar a classe sobre um Comité de Luta e autodefesa e depois formá-lo custe o que custar. A nossa luta em qualquer dos casos sempre foi difícil por causa de uns quantos indivíduos 100 por cento

reaccionários que vão tentando boicotar aos poucos. Mas tenho a certeza de que eles tem os dias contados dentro ou fora da empresa. Porque para o boicote, contra o capitalismo ou o fascismo só há uma forma de responder — pela violencia revolucionária.

REVOLUÇÃO — Que pensas da última comunicação interna saída em 4 de Fevereiro?

TRABALHADOR — Penso que a última comunicação interna seja mais uma manobra do Governo para travar a luta dos operários matalúrgicos (visto que a comunicação era só para a manutenção preventiva), mas os senhores que a elaboraram podem ficar certos de que mais tarde sofrerão com isso porque o fascismo ou o capitalismo tem de ser derrubado, custe o que custar.

REVOLUÇÃO — Perante a última ofensiva da burguesia qual deve ser o papel dos trabalhadores?

TRABALHADOR — Neste momento a burguesia anda a tentar infiltrar-se nas massas trabalhadoras e nós sabemos disso. Para tal ofensiva, eu penso que só há uma solução, que é da violencia revolucionária. Mas para que haja vio-

lencia revolucionária é preciso também uma consciencia de classe e criar comissões de trabalhadores, comissões de moradores, comités de lutas nos bairros, nas vilas, nas cidades, enfim em todo o lado deve-se criar organizações populares e não há que ter medo. Em relação às Forças Armadas, é preciso criar comissões de soldados para travar o avanço militar fascista contra o povo, porque como nós sabemos o ponto fundamental do fascismo ou do capitalismo é o Exército e eles sabem muito bem que para eles explorarem é preciso ter um Exército burgues para os defender e, como nós temos visto estão-se a criar forças militares profissionalizadas como os Comandos de Jaime Neves, por exemplo, para terem o seu Exército que mais tarde cairá sobre o povo.

TRABALHADOR — Por isso camaradas, eu como operário da fábrica Imperial-Loulé (Marina) peço para que todos os trabalhadores do País se organizem e lutem para que não venha o fascismo, porque só assim, organizados e lutando por todos os meios nós conseguiremos que ele não volte a entrar em Portugal.

TRABALHADOR — Neste momento a burguesia anda a tentar infiltrar-se nas massas trabalhadoras e nós sabemos disso. Para tal ofensiva, eu penso que só há uma solução, que é da violencia revolucionária. Mas para que haja vio-

TRABALHADOR — Neste momento a burguesia anda a tentar infiltrar-se nas massas trabalhadoras e nós sabemos disso. Para tal ofensiva, eu penso que só há uma solução, que é da violencia revolucionária. Mas para que haja vio-

TRABALHADOR — Neste momento a burguesia anda a tentar infiltrar-se nas massas trabalhadoras e nós sabemos disso. Para tal ofensiva, eu penso que só há uma solução, que é da violencia revolucionária. Mas para que haja vio-

SESSÃO DE ESCLARECIMENTO EM CAMARATE

Realizou-se nesta localidade no dia 14 a 1.ª sessão de esclarecimento do PRP.

Na assembleia, composta na sua maioria por militantes do PS e do PC, chegou a gerar-se certa tensão motivada por opiniões divergentes entre estes camaradas operários.

Porém, notou-se que a grande maioria sente a necessidade de uma forte **unidade** entre a classe, chegando mesmo à conclusão de que são esses partidos a provocar essa divisão.

O debate que se iniciou e a propos-

ta de alternativa do PRP levou esses camaradas a praticar, logo ali e sobretudo a nível ideológico, uma certa unidade.

O PRP foi convidado a levar a efeito, em Camarate outras sessões o que revela o agrado geral manifestado por este tipo de discussão e participação.

A Direcção local de Sacavém do PRP prometeu voltar a Camarate logo que possível.

— UNIR-ORGANIZAR-ARMAR PARA A REVOLUÇÃO TRIUNFAR
— VIVA O COMUNISMO!

ANGOLA

Para quando o reconhecimento?

Com o acentuar, no plano interno, da viragem à direita, aumenta progressivamente o fosso que separa os órgãos do poder em Portugal dos povos irmãos das nossas ex-colónias.

Este facto, que é uma realidade em todas as nossas ex-colónias (veja-se, por exemplo, a tensão diplomática com a República Popular de Moçambique) acentua-se com o não reconhecimento da República Popular de Angola por Portugal, apesar de diversos Estados capitalistas (França, Inglaterra e Estados Unidos) admitirem já essa possibilidade.

Além de se traduzir num progressivo descrédito do pretensado carácter «democrático» e «socialista» do actual poder aos olhos dos Governos das nossas ex-colónias, esta situação constitui também o total malogro de pretensa política externa «terceiro-mundista» de Melo Antunes, o ministro que estabelece acordos com o ministro dos Negócios Estrangeiros da Espanha fascista.

A profunda alteração ocorrida durante as últimas semanas na situação militar interna da R.P.A., obrigou já diversos Estados capitalistas a vergarem-se perante o legítimo Governo de Angola — o Governo do M.P.L.A.

O próprio imperialismo americano, falhadas que foram as suas recentes intervenções no Sudeste Asiático e atingido fortemente pela grave crise do capitalismo internacional, viu-se obrigado não apenas a não permitir que o Congresso aprovasse um programa de auxílio financeiro-militar à F.N.L.A.-U.N.I.T.A., mas também a admitir já a hipótese do reconhecimento da R.P.A.

Claro que, no entanto, o imperialismo não desarma. A tática do imperialismo americano para Angola passa neste momento quer pela tentativa de enfraquecimento interno do M.P.L.A. (através da C.J.A. e congéneres), quer pelo reforço das suas posições nos países reacçãoários vizinhos de Angola (Zaire, Zâmbia e África do Sul — Sudeste Africano (Namíbia) e Rodésia).

Além disto sempre irá dar uns milhares de dólares e armas aos mercenários que, recrutados nos países capitalistas (também mesmo em Portugal) ajudem a F.N.L.A.-U.N.I.T.A....

Importa ter em atenção que neste momento é essencial para o imperialismo não perder o controlo da África Austral, para que, assim, a Rota do Cabo não lhe saia da esfera de influência.

A POSIÇÃO DO P.S....

No momento em que até membros do Governo da República da África do Sul admitem já a hipótese de reconhecer o Governo do M.P.L.A., a direcção do P.S. parece manter-se firme na disposição de encontrar uma «solução negociada» (negociar o que e com quem? Com os mercenários que perderam a guerra?) para o conflito angolano.

A razão de ser desta mais que

reacçãoária atitude não está neste momento, apenas nos compromissos internacionais que a direcção do P.S. tem com o imperialismo americano. O que se passa é que, como partido burguês — eleitoralista que se preza, o P.S. não quer dispensar os possíveis votos que possa colher nos retornados. E a verdade é que uma simples atitude de consentimento no reconhecimento da República Popular de Angola levaria o P.S. a perder os votos que, não devendo ser muitos, possa obter dos retornados.



A não ser assim, serão apenas o P.P.D., o C.D.S., e o P.D.C. a angariar os votos dos retornados, uma vez que se tratam de partidos que nunca consentirão, mesmo que passivamente, o reconhecimento do Governo do M.P.L.A.

Democracia burguesa, a quanto obrigas!

... E DO CONSELHO DA REVOLUÇÃO

Por seu lado, também o C.R. se reuniu extraordinariamente para analisar (uma vez mais) a questão de Angola.

É sabido que o C.R. é composto, na sua maioria, por notórios reacçãoários e oportunistas que, além de meros executores das decisões tomadas na Casa Branca, abrem o passo e são já a contra-revolução.

Embora não tenha sido publicado qualquer comunicado sobre a reunião do C.R. no passado sábado, a imprensa burguesa é unânime em considerar que foi dada «carta branca» a Costa Gomes para decidir reconhecer o Governo do M.P.L.A. quando assim o entendesse, o que significa que não deverá tardar muitos dias o referido reconhecimento.

Seja como for, esta decisão do C.R. é apenas mais uma das muitas medidas contra-revolucionárias que este órgão tem tomado em relação a Angola (nomeação de Silva Cardoso, seguidismo hipócrita em relação aos

«Acordos de Alvor», reconhecimento fictício e ineficaz de Angola no 11 de Novembro, etc.) e representa, por outro lado, o total fiasco da política externa de Melo Antunes e Vitor Crespo.

RELAÇÕES PORTUGAL-ANGOLA

O reconhecimento neste momento, da República Popular de Angola pelos órgãos de poder portugueses não terá quaisquer consequências a nível internacional (e mesmo nacional, a ver vamos...) como teria tido um reconhecimento em 11 de Novembro.

Reconhecer a R.P.A. quando já muitos Estados capitalistas o fizeram, é, além de andar a reboque de factos consumados, demonstrar uma total inexistência de qualquer espécie de internacionalismo proletário.

De facto, nada liga politicamente os Governos português e angolano, embora o povo português esteja historicamente e culturalmente ligado à luta de libertação do Povo angolano.

Só uma alteração substancial na estrutura do Poder português permitirá o restabelecimento de relações fraternas e revolucionárias entre os Povos angolanos e portugueses.

Entretanto, e enquanto Angola prossegue a sua luta de libertação sobre o comando do M.P.L.A., o Povo português sabe bem que pode contar com o apoio militante da República Popular de Angola.

PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, POVOS E NAÇÕES OPRIMIDAS DO MUNDO, UNI-VOS!

Revolução

Composição e impressão: Renascença Gráfica. Distribuição: DIG — Rua das Chagas, 2 — Lisboa

AVENÇA

EDITORIAL

Poderemos dizer que o poder político-militar actual se divide em três tendências: a dos «nove», a dos homens do Estado Maior e a do M.D.L.P. A primeira é a dos homens que se deixaram apanhar na ratoeira da direita por sua própria responsabilidade — combateram sempre o P.C. sempre pela direita e não pela esquerda e passaram a combater igualmente os revolucionários, colocaram-se do lado da burguesia, foram maionetes do imperialismo. Como se sairão eles desta ratoeira? Eles que ainda têm algumas armas na mão, que ainda têm algumas regiões militares na mão. Será que já compreenderam que ou vêm com a esquerda ou serão liquidados pela direita? Como compreendem e continuam presentes no poder, o seu conflito com a ala mais à direita, será uma contradição permanente. Os homens do Estado Maior são aqueles que, situando-se à direita dos «nove» falam ainda em termos de «democracia» e de «defesa da constituição». Mas à sua direita já se encontram em postos do poder os representantes do M.D.L.P., o partido de Spínola, consta mesmo que têm acento no Conselho da Revolução. De resto expressões públicas do M.D.L.P. são visíveis e diárias.

Estas contradições ao nível do poder político-militar refletem-se em tudo e muito naturalmente na escolha do candidato para a Presidência da República. Reflete-se ainda na questão da libertação dos militares revolucionários presos. Não há dúvida que estes presos são uma incomodidade para os seus companheiros do 25 de Abril.

A sua libertação deve ser um ponto de honra dos trabalhadores e dos revolucionários. É preciso que o poder (seja ele de que tendência for) saiba que os milhares de pessoas que estão cá fora consideram seus camaradas os que estão lá dentro e que estão dispostos a continuar a lutar pela sua libertação. Também neste ponto se distinguem os reformistas dos revolucionários. Enquanto os reformistas se dedicam às habituais actividades folclóricas de pseudo-solidariedade com os presos, dispõem-se com o seu espírito traíçoeiro a fazer o crime político duma divisão dentro dos trabalhadores, marcando uma concentração para o mesmo dia e a mesma hora da manifestação do CLARP para a libertação dos militares presos. O reformismo nem tem vergonha, nem aprende com o passado. Está disposto sempre à conciliação e à traição e nem se importa de dar provas de bom comportamento perante o poder e o direito em geral, mostrando que não só não se mistura com manifestações revolucionárias como está disposto a boicotá-las.

Pois fiquem o poder e os reformistas com esta certeza: se os presos militares forem libertos estarão conosco na luta pela revolução; se estiverem presos são um símbolo, uma constante contradição.

É nesta frente de combate contra a repressão que os revolucionários têm que fazer unidade. E não só. Tem que ser na luta contra a informação burguesa. Tem que ser na luta contra o capitalismo. Tem que ser na luta pelo reconhecimento da República Popular de Angola, como país independente. Tem que ser na luta contra as eleições. Esta é a unidade que tem de se construir. Esta é a unidade revolucionária.



O PS CONVIDA A DIREITA

Consta que o secretariado do PS terá abordado Almeida Santos e Ferreira da Cunha para se apresentarem como candidatos independentes por Coimbra nas eleições para a Assembleia Legislativa.

Respectivamente ministro e secretário da Informação, estas duas figuras são conhecidas pelas suas posições de direita e é ainda recente a luta dos trabalhadores do Ministério da Comunicação Social para expulsarem Ferreira da Cunha, por ter pretendido no seu passado à CDI, uma espécie de super-Pide ligada directamente à Presidência do Conselho do tempo de Caetano.

SUBSTITUINDO A POLÍCIA POLÍTICA

Como temos comentado, uma das grandes dificuldades para a burguesia instalar um poder autoritário aqui é o facto de não possuir uma polícia política. Realmente não existe um aparelho de polícia secreta, capaz de fazer milhares de vigilâncias, coordenar as informações, analisá-las, planificar a acção. De certo que a CIA o faz, prestando a sua colaboração à direita portuguesa, mas estão longe de poder substituir em aparelho policial português, com especialistas portugueses.

É por isso que à falta de um serviço central de polícia a funcionar, o poder recorre agora aos recursos que tem. É assim que passaram a prestar serviço deste tipo: a GNR, que funciona como rede de informação; a PSP, que pode ser utilizada de determinadas formas (veja-se o caso dos agentes à paisana que fotografavam a manifestação anti-CDS quando do comício deste no Campo Pequeno); o serviço de informação do exército que vai substituir a antiga 2.ª Divisão, extinta quando foi criado o SCDCI; a Associação de ex-Comandos, que fornece homens para vigilâncias.

Atenção portanto, revolucionários e trabalhadores — não se veja polícia onde não há, não se criem razões para o mesmo, mas desconfie-se do que há a desconfiar.

NOVA POLÍCIA DE CHOQUE

Parece que cabem as honras à Cavalaria do Exército de formar uma nova polícia de choque. Consta que será a partir do antigo Regimento de Cavalaria 7 que se formará um corpo destinado a ter funções de polícia de choque. Este Regimento integrava ultimamente a PM: passa assim a ter posições e funções opostas à do Regimento de PM, quando este era comandado por Tomé, Campos de Andrade, e Cuco Rosa.

FESTA NAS QUEBRADAS

Fez na terça-feira dia 17 de Fevereiro, um ano que as terras de Quebradas (Alcoentre) foram ocupadas pelos camponeses, que aí construíram uma cooperativa.

Para comemorar esta data a cooperativa de Quebradas realizou uma grande festa na qual participaram os cantores Zeca Afonso, Fanhais e Alcides.

Foi projectado o filme «Quando o Povo Acorda»